

TICs, raça, mulheres e territórios: o podcast Ondas da Resistência como ocupação das plataformas digitais em uma perspectiva interseccional

ICTs, race, women and territories: the podcast Ondas da Resistencia as an occupation of Digital platforms in an intersectional perspective

Maryellen Crisóstomo^[*]
maryellencsj.27@gmail.com

Paulo Victor Melo^[**]
paulovictorufs@gmail.com

Tâmara Terso^[**]
tamaraterso@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca analisar o podcast *Ondas da Resistência*, um programa com duas temporadas, produzido por mulheres negras, de Povos e Comunidades Tradicionais, frente à violação de direitos dos seus territórios por crimes socioambientais e pela pandemia de Covid-19, nos anos de 2020 e 2021. Este podcast é aqui reconhecido como uma iniciativa de comunicação comunitária, que identifica sua condição de produção em contextos de negação de direitos oriundos da interação do racismo, sexismo e consequências dos projetos de desenvolvimento predatório nos territórios, em uma mirada interseccional (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2019) e elaborada no bojo das estratégias de reivindicação do direito ao território e à comunicação. A experiência vivida pelas mulheres negras, indígenas e tradicionais em seus territórios orientaram a concepção, produção e distribuição dos conteúdos de áudio. Princípios como o matricomunitário (Ribeiro, 2020), biointeração (Bispo, 2015), tecnologias ancestrais e territórios como

ABSTRACT

This article seeks to analyze the podcast *Ondas da Resistência*, a two-season program produced by black women from traditional peoples and communities in Brazil, in the face of the violation of the rights of their territories through environmental crimes and the Covid-19 pandemic, in the period 2020 and 2021. The podcast is recognized as a community communication initiative, that identifies its condition of production in contexts of denial of rights arising from the interaction of racism, sexism, and the consequences of predatory development projects in the territories, in an intersectional view (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2020), elaborated in the context of strategies to vindicate the right to territory and communication. The lived experience of black, indigenous, and traditional women in their territories guided the conception, production, and distribution of the audio content. Principles such as those of matricomunidades (Ribeiro, 2020), biointeração (Bispo, 2015), ancestral technologies and

^[*] Universidade Federal do Tocantins (UFT). Quadra 109 Norte. Av. NS 15, ALCNO-14 - Plano diretor Norte, Palmas (TO).

^[**] Universidade Federal da Bahia (UFBA). Rua Augusto Viana, S/N - Palácio da Reitoria, Canela, Salvador (BA).

espaço do vivido (Santos, 2001) foram acionados para construir alianças e planejar a ocupação das plataformas digitais, visando a constituição/retomada de territorialidades digitais (Bargas, 2018). Reconhecendo os limites dos modelos de negócio e infraestruturas das plataformas (Van Djick, 2013; Ejik et al., 2015; DeGryse 2016; Intervozes, 2018), o *Ondas da Resistência* agiu nas fronteiras para construir alternativas de combate ao racismo e sexismo nos entrecruzamentos dos territórios digitais e ancestrais.

Palavras-chave: interseccionalidade; raça; mulheres; territórios tradicionais; plataformas digitais.

Introdução

“Ondas da resistência. No embalar das águas. No vai e vem das informações. Na existência das vozes. Na sabedoria dos modos de vida. A maré se agita”. Com vozes de diferentes mulheres, assim tem início o podcast *Ondas da Resistência*, que visibiliza histórias de pescadoras, marisqueiras, trabalhadoras rurais, quilombolas e outras mulheres de territórios dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Na temporada de estreia, em 2020, o podcast tratou dos impactos do derramamento de petróleo na costa brasileira e como os Povos e Comunidades Tradicionais foram atingidos pelo crime socioambiental, além de enfrentar a pandemia de Covid-19. Já na segunda temporada, em 2021, o programa ampliou as vozes das mulheres que constroem o direito ao território e à comunicação através do desenvolvimento de tecnologias digitais e ancestrais.

A realização de um podcast protagonizado por mulheres e a definição da realidade experimentada por elas como tema dos episódios questionam as experiências de gênero ocidental, que tendem a criar uma ideia de mulher universal (Oyëwùmí, 2020), visibilizam a construção de tecnologias nos territórios, a partir dos conhecimentos ancestrais e as necessidades contemporâneas – a matrigestão – e, assim, situam o *Ondas da Resistência* enquanto uma prática de comunicação comunitária que, no fortalecimento dos valores territoriais, constrói alternativas contra a desinformação.

Neste sentido, a interseccionalidade como compreensão dos “efeitos interativos” (Crenshaw, 2002) das exclusões baseadas nos marcadores de raça, gênero e classe social é convocada para entender a situação

territories as a space for a living (Santos, 2001) were called to build alliances and plan the occupation of digital platforms, aiming at the constitution/recapture of digital territorialities (Bargas, 2018). Recognizing their limits of business models and infrastructures (Van Djick, 2013; Ejik et al., 2015; DeGryse, 2016; Intervozes, 2018), the podcast “Ondas da Resistência” acted upon at the frontier to build alternatives to combat racism and sexism in the intersections of digital and ancestral territories.

Keywords: intersectionality; race; women; traditional territories; digital platforms.

de desigualdade no acesso à produção, circulação de informações e demais direitos, sobretudo ao território. Em outras palavras, a iniciativa do *podcast* visibiliza as dinâmicas complexas que articulam crimes socioambientais, violação de direito ao território e silenciamento das comunidades negras e lideradas por mulheres.

Iniciativas como o *Ondas da Resistência* – caracterizadas pelo intercâmbio e compartilhamento de experiências vividas – são aqui percebidas também como respostas às dificuldades de acesso às tecnologias de informação e comunicação em contextos de sociedades mediatizadas, ou seja, sociedades em que o campo da comunicação atravessa transversalmente os demais campos sociais para produzir sentidos. Assim, às plataformas digitais é apresentada uma rede comunitária de conexão e produção de conhecimento com protagonismo das mulheres, negras e de territórios tradicionais articuladas nas pesquisas *Vozes Silenciadas e Territórios Livres, Tecnologias Livres*.

Essa rede, potencialmente ampliada nos ambientes digitais, reúne elementos para questionar as próprias arquiteturas de plataformização. Através da confluência de ações formadas nos territórios tradicionais e territórios digitais, o *Ondas da Resistência* tenta reconectar indivíduos aparentemente dispersos, descentralizando a produção e circulação de informações comunitárias para fortalecer redes de solidariedades online e off-line de forma circular – *começo, meio e começo*.

Ao mesmo tempo, a experiência de circularidade, tal como a ideia de *Sankofa*^[1], questiona paradigmas de convergência atribuídos à produção nas redes digitais como inovação totalizante, pois na perspectiva das mulheres idealizadoras do *podcast* o encontro das diversas formas de comunicação não resulta em híbridos

[1] Ideograma dos povos Acã, da África Ocidental, representado por um pássaro que caminha para frente com a cabeça virada para trás, o que significa “Volte e pegue”, em um reforço ao retorno ao passado e ancestralidade para organizar o presente e planejar o futuro.

inférteis, tampouco a “inteligência coletiva” e a “cultura de participação” surgem em plataformas de streaming ou aplicativos de mensageria, mas dos diversos modos de vida das comunidades tradicionais estruturadas pela organização do comum e da biointeração, legados ancestrais cultivados todos os dias (Bispo, 2015).

Ondas da Resistência: uma colcha de retalhos tecida por mulheres amefricanas

Produzido por uma equipe composta, em sua maioria, por mulheres não-brancas e com uma articulação de 12 organizações^[2] do movimento rural, de povos e comunidades tradicionais e da comunicação popular, o podcast *Ondas da Resistência* foi ao ar em julho de 2020, quando a pandemia de Covid-19 atingia recordes diários de contaminações e óbitos.

Além dos efeitos da pandemia, como o falecimento de anciãs e anciãos, guardiões dos conhecimentos nas comunidades rurais e de povos e comunidades tradicionais, falta de acesso à educação e redução drástica da renda, essas comunidades já conviviam com os efeitos retroativos de crimes socioambientais como inundações causadas pela construção de barragens, conflitos com o agronegócio que avança sobre seus territórios, contaminação das águas e do solo, e a dificuldade histórica das instituições brasileiras de fazer valer os direitos de autonomia e autodeterminação dessas populações na elaboração de políticas públicas e projetos que atingem seus modos de vida. Esse contexto impulsionou os debates levantados pelo podcast *Ondas da Resistência*.

Com a locução de Maryellen Crisóstomo, da Coordenação Nacional de articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Tâmara Terso do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, e equipe de produção formada pela *COMRÁDIO*, *Intervozes*, produtora *Criola Criô*, *Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania* da Universidade Federal da Bahia, *Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)*, *Articulação do Semiárido (ASA)* e o *Coletivo Carrapicho Virtual*, a missão do podcast foi ampliar as vozes das populações

atingidas pelas desigualdades socioambientais aprofundadas na pandemia, em especial das mulheres negras.

Neste momento crítico, digno de mais um fim do mundo, mulheres ribeirinhas, quilombolas, indígenas, dos povos de terreiros, assentadas, agricultoras familiares e cientistas, compartilhando experiências comuns de mulheres negras e ameríndias contra projetos coloniais de exploração das suas vidas, intensificaram iniciativas territoriais para prevenção e cuidado das suas comunidades e denunciaram o racismo. São mulheres amefricanas, categoria criada pela historiadora e antropóloga Lélia Gonzalez (1988) para denominar relações de vivência e resistência articuladas por povos negros da diáspora e povos ameríndios na América, ressignificada pela autora como *América*, diante das violências coloniais de apagamento da história, saberes e identidade destes povos.

Cada temporada do *podcast* contou com seis episódios, em formato de reportagens e entrevistas que destacaram temas como modos de vida tradicionais, direito à água, crimes socioambientais, soberania alimentar, tecnologias digitais e ancestrais, direito à comunicação, racismo e território, organização das mulheres nas comunidades, redes comunitárias de internet, entre outros. O fundamento da epistemologia feminista negra de “experiência vivida como critério de significação” (Collins, 2020) foi orientador no processo de elaboração e execução dos programas, e também transborda na escrita desse artigo, potencializando as narrativas das entrevistadas como fonte de conhecimento que valorizou estruturalmente o princípio da coexistência entre humanidades diversas, fomentando espaços de reflexão sobre as responsabilidades e desafios para a construção da justiça socioambiental.

Duas pesquisas contribuíram na elaboração de ambas as temporadas. A primeira temporada contou com a pesquisa *Vozes Silenciadas Justiça Socioambiental e Mídia - A cobertura do Vazamento de Petróleo na Costa Brasileira*, que analisou a cobertura midiática do crime ambiental do derramamento de petróleo na costa brasileira, em 2019, em jornais impressos nacionais e locais, telejornais e portais de jornalismo.

O relatório do monitoramento, lançado em 2020, aponta que 60% das fontes ouvidas pela mídia eram autoridades públicas e apenas 5% foram de povos e comunidades

[2] Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Carrapicho Virtual, Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), Escola das Águas, Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras, Rurais quilombolas (CONAQ) e Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTRNE).

tradicionais. Dentre esses 5%, a presença das mulheres como fonte é ainda menor, sendo que pescadoras e marisqueiras sequer foram ouvidas pela imprensa comercial.

A sub-representação das mulheres na cobertura midiática está longe de representar a realidade de liderança das mesmas em suas comunidades, sobretudo no enfrentamento aos crimes ambientais. Por isso, o silenciamento dessas mulheres na mídia representa a violação do direito à informação e expressão, ao mesmo tempo em que reforça uma representação de gênero destoante, da mulher fora do espaço da política, realidade que contrasta com o papel de direção política e administrativa das mulheres na constituição e manutenção das suas comunidades.

O crime socioambiental do derramamento de petróleo sem desfecho reparatório para os Povos e Comunidades Tradicionais - cujas vidas dependem da lida com o mar do nascer ao pôr-do-sol e da familiaridade com as redes que ao serem lançadas traziam a esperança da renda e do alimento para mesa de tantas famílias - ainda permanece impune, dois anos após a tragédia que modificou drasticamente os modos de vida de comunidades inteiras. Neste sentido, foi a partir das vozes de mulheres negras e tradicionais, de Norte a Sul do país, subrepresentadas na cobertura midiática, que a primeira temporada do *podcast Ondas da Resistência* ganhou vida.

Demonstrando o seu entendimento da água como um ente ancestral, uma “parente que deve ser cuidada”, Adriana Tremembé, liderança indígena Tremembé de Barra de Mundaú, no Ceará, disse que:

“A gente acredita nessa força e no seu potencial que tem a força da água e da nossa ligação enquanto povo Tremembé, porque a gente sobrevive também da pesca e das águas, da força da encantaria. A gente acredita que onde as águas estão, lá está presente a força espiritual”^[3].

A mesma preocupação de Adriana Tremembé foi compartilhada por Elienaide Flores, marisqueira de Sergipe, que ressaltou como o derramamento de petróleo impactou estruturalmente as águas e as vidas em seus territórios.

“...a gente considera, nós mulheres marisqueiras, a drástica diminuição ou o total desaparecimento das espécies nativas que ainda é possível ser

encontradas em nossos rios e mangues. E isso, a gente sabe que, por conta de toda essa poluição pode se desencadear uma mudança radical no meio ambiente, afetando mais ainda e muito mais todas as formas de vida”^[4].

No processo de compartilhamento dos saberes e fazeres tradicionais, esteira de produção das reportagens da primeira temporada, evidencia-se a multiplicidade de significados dos modos de vida tradicionais, suas principais estratégias e desafios na defesa dos seus territórios.

Além disso, reforçamos uma perspectiva pouco abordada na pesquisa em comunicação e tecnologias: os territórios são os principais inovadores, criadores de tecnologias ancestrais que interagem com as tecnologias digitais ampliando a ideia de comunicação e direitos. A terapeuta e multiartista, Roberta Rox, da comunidade do Alto da Sereia, em Salvador, na Bahia, explicou como a interação entre práticas de saúde integrativa e plataformas de mensageria foi capaz de fortalecer a comunidade na prevenção contra o coronavírus, através da elaboração de uma ferramenta de atenção multidisciplinar à saúde com mapeamento e monitoramento dos casos:

“Foi criada essa rede de apoio que o principal meio de comunicação inicial da rede foram os grupos de whatsapp, né? A gente conseguiu pegar o nome dos moradores, dividir os moradores por grupos de whatsapp, cada grupo tinha o nome das ruas, onde nesse grupo as pessoas teriam acesso às informações sobre a COVID e também sobre as necessidades que as pessoas poderiam ter. A gente criou também um grupo com os profissionais que ofereciam trabalhos para a comunidade como médicas e psicólogas...”^[5].

A partir da hipótese de que é no território que podemos observar a criação e apropriação de tecnologias que fortaleçam a defesa dos bens comuns e da justiça socioambiental, compreendendo que a luta em defesa do meio ambiente não pode ser dissociada da luta contra as desigualdades raciais, de gênero e classe e que as tecnologias precisam refletir projetos de redução dessas desigualdades, a pesquisa que contribuiu com a segunda temporada do *podcast* foi estruturada.

[3] Trecho de entrevista concedida no episódio 2, temporada 1, do *Ondas da Resistência*. 2020.

[4] Trecho de entrevista concedida no episódio 2, temporada 1, do *Ondas da Resistência*. 2020.

[5] Trecho de entrevista concedida no episódio 3, temporada 1, do *Ondas da Resistência*. 2020.

O mapeamento *Território Livre, Tecnologias Livres*, coordenado pela Coordenação Nacional de articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), pelo Intervozes e pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTRNE), buscou compreender os usos e concepções de internet e TICs junto às comunidades rurais e quilombolas do Nordeste brasileiro, com a participação de 274 famílias de 33 territórios dos nove estados da região.

Foram realizadas ainda seis rodas de diálogo online com as pesquisadoras ativistas (quilombolas e trabalhadoras rurais), lideranças comunitárias e mulheres que se destacam pelo trabalho com tecnologias digitais e ancestrais.

A pesquisa conseguiu reunir dados que evidenciam as dificuldades estruturais no acesso à internet nos territórios rurais e de povos e comunidades tradicionais: 29% dos domicílios não tinham acesso à internet; apenas 11% das famílias tinham acesso à computadores e entre as famílias com acesso à internet, 71%; cerca de 49% tiveram alguma dificuldade de acesso à internet durante a pandemia, sobretudo quando chovia nos territórios; a maioria das famílias resolveu seus problemas de conexão com ações comunitárias e sem a intervenção do poder público; também foi identificado que 48% das famílias usavam a internet para os estudos e que a plataforma mais acessada foi o WhatsApp, com 80%; apenas 12% das famílias faziam uso da internet para produzir conteúdos.

Os dados acima territorializam as desigualdades do acesso à internet já apontados pela TIC domicílios^[6], em 2019. Segundo essa pesquisa, há um crescimento no uso da internet pelos diferentes públicos (indígenas, 74%; pretos, 77%; brancos, 80%; e pardos, 83%), porém o tipo de dispositivo para acessar a rede evidencia a desigualdade: 75% dos indígenas, 65% dos pretos e 61% dos pardos utilizam a internet exclusivamente pelo celular, numa proporção superior às pessoas brancas, 51%.

O fato de poucas famílias usarem os ambientes digitais para produzir conteúdo, consumindo conteúdos de “terceiros”, por exemplo, é um indicativo da falta de condições materiais como acesso a dispositivos com capacidade de edição e armazenamento em contextos nos quais a comunicação já é reconhecida como uma aliada nas lutas, como ressalta Rafaela de Souza, pesquisadora ativista do assentamento Bela Vista, em Alagoas:

“Comunicação é um direito de todos, pois todas as pessoas têm o direito a se comunicar de várias maneiras. Sendo que quando ela é comunicativa passa a ter voz perante a sociedade e com isso poder lutar pelos seus direitos seja por meio da internet, do rádio, da TV, de protestos e também se comunicar através da escrita, assim como todos os meios de comunicação. Hoje a comunicação é essencial para as pessoas terem a liberdade de falar, mostrar e dizer o que sente”^[7].

Foi acompanhando as rodas de conversas do projeto *Territórios Livres, Tecnologias Livres* que as temáticas da segunda temporada do *podcast* emergiram, uma vez que o aprendizado compartilhado nesses momentos sobre a ampliação das concepções de tecnologias precisava alcançar mais mulheres que, pelas dificuldades de acesso à internet, não conseguiram acessar as plataformas de reunião online, ambiente escolhido para os diálogos. Algumas das entrevistadas na segunda temporada foram também facilitadoras das rodas, dando continuidade ao ideal de identificação territorial, reforçando as capacidades das comunidades de falarem sobre si.

Através dos dados de dispositivos digitais e dificuldades de acesso disponíveis na pesquisa, a equipe de produção reforçou a necessidade de distribuir os episódios do *podcast* em aplicativo de mensageria, como forma de assegurar o acesso das comunidades ao conteúdo produzido por elas. Foi preciso experimentar novos formatos, de reportagens longas para entrevistas mais curtas, com vistas a facilitar o acesso dos arquivos através de pacotes de dados móveis, wi-fi e distribuição pelo WhatsApp.

O fomento ao trabalho comunitário foi uma marca expressiva do início ao fim da produção dos episódios, na primeira e segunda temporadas. A definição dos temas, produção das entrevistas nos territórios, construção do roteiro, edição e distribuição foram realizadas tal como um grupo de artesãs que tecem uma colcha de retalhos.

O processo metodológico incluiu entrevistas de lideranças nas comunidades, coleta de depoimentos e trechos para as vinhetas, produzidas com o esforço da participação de dezenas de comunidades e seus grupos culturais, a exemplo do grupo de Coco e Ciranda de Roda *Desencosta da Parede* de Caiana dos Crioulos, em Alagoa Grande (PB). Só depois de todo o material produzido nos

[6] Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil, realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

[7] Trecho de entrevista concedida no episódio 4, temporada 2, do Ondas da Resistência. 2021.

territórios, através de gravação e compartilhamento de áudios em aplicativos de mensageria, é que as locutoras e equipe de edição desenhavam o roteiro para gravá-lo, no software de videochamada *Jitsi Meet*^[8].

As dificuldades estruturais de acesso à internet foram uma constante no processo de produção e distribuição do podcast. Como medida emergencial para sua realização, em conjunto com o mapeamento e as rodas de conversas, recursos foram investidos na contratação de pacotes de internet que subsidiaram equipe de produção. Porém, as práticas coletivas de organização foram as principais ferramentas no enfrentamento das barreiras impostas pela falta de infraestrutura. A razão do êxito desta experiência contou com a inventividade das mulheres, suas lutas e vivências que corroboraram com a gestão do comum e deram continuidade a outras iniciativas. Destacamos aqui o podcast “Fala Mulher”, uma iniciativa piloto do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, criado a partir da experiência do Ondas da Resistência que foi ao ar em novembro de 2021.

Mulheres na defesa dos territórios e a perspectiva da matricomunidade: elaborando estratégias em contextos de desigualdades interseccionais

Pesará de forma injusta e desproporcional sobre as mulheres negras, em especial as do campo, não só as consequências da crise, mas, também as soluções que serão implementadas pelo Estado para superação dos problemas e recuperação da economia^[9].

O trecho acima, retirado da obra *Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas* (2020), chama a atenção para a vulnerabilidade a que as mulheres são submetidas na trajetória de luta pelo território, aliada à morosidade do sistema judiciário para concluir processos de investigação contra as várias violências sofridas pelas lideranças das comunidades e à falta de vontade política em eliminar, ou, minimizar os conflitos por meio da demarcação territorial.

Essa política do Estado brasileiro em (não) atender as demandas dos povos e comunidades tradicionais violenta as mulheres quando lhes privam de garantir alimento para suas famílias e do acesso à educação de qualidade para os seus filhos; quando assassinam seus companheiros; quando dificultam o acesso à seguridade social para os seus grãos; e quando tombam os seus corpos. Como costuma afirmar Givânia Maria da Silva, co-fundadora da CONAQ: “quando o Estado não nos mata, ele nos deixa morrer”.

A identificação do racismo, sexismo, desigualdades de classe e território agindo juntas e estruturando contextos em que as mulheres são submetidas a experiências de morte ou quase-morte, tal como um sistema, é a base do paradigma da interseccionalidade como metodologia de análise das violações de direitos sofridas pelas mulheres negras.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

A interação dos eixos de subordinação reconhecidos pelo aporte teórico-metodológico da interseccionalidade diz respeito à incapacidade de separação, nas sociedades de base capitalista colonial, das dinâmicas de raça, gênero e classe na vida das mulheres negras, uma vez que o modo de viver gênero e classe é, através das experiências racializadas, o que diferencia as vivências das mulheres negras e brancas.

Foi exatamente no sentido de desnaturalizar as dinâmicas de gênero, raça e classe, evidenciando as suas interações e efeitos, que Kimberlé Crenshaw cunhou o termo interseccionalidade, em 1989. A autora apontou a insuficiência da política de “inclusão” de gênero e raça nos programas de seleção de empresas, visto que empregadores não selecionavam mulheres negras pois compartilhavam ideias universalizantes de gênero,

[8] Aplicação de Software livre e código aberto.

[9] Coletivo de Mulheres da CONAQ, 2020. pág. 47.

atribuindo essa experiência apenas para as mulheres brancas, e de raça, fazendo crer que apenas os homens representavam a experiência dos negros. Essa distorção é reveladora do quanto as identidades criadas pelo sistema racista, patriarcal e colonial interagem de forma a desumanizar indivíduos, sobretudo mulheres negras.

Assim, convocar a interseccionalidade em nossa análise sobre os desafios enfrentados pelas mulheres negra na luta pelo direito ao território é importante na medida em que compreendemos que as “consequências das crises e soluções” denunciadas pelo coletivo de mulheres da CONAQ emergem da interação estruturante do racismo, sexismo e desigualdades de classe e territoriais, materializada na falta do acesso aos recursos como água limpa e atenção à saúde, bem como na invasão dos territórios tradicionais por iniciativas de megaprojetos que diminuem áreas de habitação e plantio, cerceiam o direito de trânsito, impedem os ciclos de manutenção da existências e leva terror, suavizado na denominação de conflitos.

Tais violações são justificadas pelos longos processos de reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios que, teoricamente para receberem segurança, políticas de saúde, moradia, educação e informação, precisam estar regularizados. Uma vez regularizadas, as comunidades ainda estão suscetíveis a violações, justificadas pelos possíveis benefícios que uma intervenção abrupta nos territórios pode trazer a médio e longo prazos, não importando o quanto de vidas se perde no meio do caminho. No entanto essa realidade só existe porque tais territórios são ocupados e liderados por mulheres negras e empobrecidas pela interação dos marcadores sociais atribuídos a elas no ciclo de violências descritas acima. Direito ao território nesse sistema de opressões é, portanto, como a raça é vivida.

Neste sentido, Carla Akotirene, autora do livro *Interseccionalidade* (2019), alerta para que este aporte teórico-metodológico não seja empregado como a soma de marcadores e políticas de identidade diversas, criadas pelo racismo para hierarquizar e distinguir humanidades, criando o “outro” negro, mulher, tradicional, que não faz parte do “nós” branco e eurocentrado. O prejuízo da análise focada na diversidade de identidades é tirar o foco do racismo e suas estruturas de sociabilidades que autorizam violências contra as pessoas negras, em especial as mulheres, chegando a culpabilizar vítimas.

A serventia contemporânea promove carreiras acadêmicas da Europa e branquitudes brasileiras, já mal-acostumadas com a apropriação intelectual

indevida, a ponto de órgãos consultivos de igualdade e de controle social das nações adotarem políticas públicas cumulativas, transversais e pró-formas, de suposto caráter interseccional, antidiscriminatório. Dentre estas práticas, costumam usar a interseccionalidade como correspondente às minorias políticas ou à diversidade, chegando mesmo a questionar a agência da mulher negra, como se encruzilhada fosse tão somente o lugar da decisão da vítima: levantar-se ou continuar caída? Sentir ou não as feridas da colonização? (AKOTIRENE, 2020, p.16-17)

A autora também lembra que é do feminismo negro o legado da complexificação das análises sobre os sistemas de opressões do qual o conceito de interseccionalidade é tributário, cabendo a nós, pesquisadoras e pesquisadores negros honrar esse legado. Lélia Gonzalez, na década de 1980, por exemplo, já incluía em sua análise sobre desigualdades territoriais os efeitos interativos do racismo, colonialismo e desigualdade de classes como determinantes dos lugares ocupados por brancos e negros, concluindo que “um dos legados concretos da escravidão diz respeito à distribuição geográfica da população negra, isto é, a sua localidade periférica em relação a regiões e setores econômicos hegemônicos” (Gonzalez, 2018, p. 98).

Ser mulher, negra, indígena ou integrante de comunidades tradicionais significa virar alvo de sucessivas violências pelo fato de que essas nomeações foram construídas em bases coloniais para atribuir a essas mulheres uma política de distinção que desumaniza. Tais nomeações/marcadores, da colônia à colonialidade, são orientados à interação e seus efeitos vistos na intensa vulnerabilização dos territórios cujo modos de vida tradicionais existem.

Por outro lado, as mulheres são, indiscutivelmente, as protagonistas na articulação das existências e resistências nos territórios. Elas estão em constante contato com os mais novos e são responsáveis pelo repasse de saberes intergeracionais. Também são elas que zelam pelo bem-estar dos mais velhos e de maneira inevitável acessam os acúmulos de sabedorias, experiências e metodologias de gestão do território. Logo, são elas quem primeiro percebem as violações de direitos ao acompanharem as crianças nas escolas, os idosos no acesso à saúde, as ameaças à segurança alimentar, aos saberes ancestrais e à seguridade social. Nesse contexto, são as mulheres que articulam as estratégias de enfrentamento às violações dos direitos.

Nós, mulheres quilombolas, temos um papel de extrema importância nas lutas de resistência, pela manutenção e regularização dos nossos territórios

rios. No quilombo ou na cidade, temos sido as guardiãs da tradição da cultura afro-brasileira, do sagrado, do cuidado, das filhas e filhos, das e dos grãos, da roça, das sementes, da preservação de recursos naturais para garantia dos direitos (DEALDINA, 2020, pág. 37).

Em paralelo aos processos de exclusão interseccional, ao logo da história os marcadores criados para justificar os sistemas de opressões racistas e sexistas também são disputados e, em muitos casos, ressignificados pelas coletividades para o qual são endereçadas. As singularidades culturais, políticas, econômicas, religiosas e de cosmovisões inerentes a existência do ser, cujo capitalismo colonial rejeitou para a promoção de exclusões, são constituintes na elaboração das formas de vivência e projetos de sociedade desde África até *América*, e hoje são apresentadas como estratégias contra coloniais diante das saturações dos modelos de sociedade eurorreferenciados, sendo o modelo matricomunitário uma dessas alternativas.

Em uma das rodas de conversa que alimentou a produção da segunda temporada do *podcast Ondas da Resistência*, Selma Dealdina, quilombola do Angelim III, território de Sapê do Norte (ES), licenciada em História e integrante da CONAQ, afirmou: “toda mulher negra é um quilombo!”. Esse mote é ponto de partida para refletir sobre a ação comunitária e a construção de gênero entre as mulheres rurais e dos povos e comunidades tradicionais, aspectos vivenciados na concepção e realização do *Ondas da Resistência*, desenhando seu modo de ser.

Nos territórios tradicionais toda a comunidade é afetada com o movimento das mulheres, que caminham pelo movimento das águas, nutridora das diversas formas de vida e que desafiam os paradigmas material e imaterial. Homens, crianças, anciãos e outras mulheres são representadas pelo sentido de pertença que transborda dos atos coletivos de cura e inovação, reforçando experiências de irmandade trazida desde antes da travessia forçada pelo Atlântico e lembrada no coro da capoeira “Quando eu venho de Luanda, não venho só”.

Em entrevista para o *Ondas da Resistência*, Eliönice Sacramento, pescadora e quilombola da comunidade Conceição de Salinas, na Bahia, explica essa relação com as águas e as tecnologias de cura que surgem dela:

“A gente também tem recorrido aos conhecimentos ancestrais, ao poder das raízes, ao conhecimento das folhas, dos frutos e dos alimentos para cuidar do nosso corpo físico e da nossa mente pensando sempre nessa importante relação que a gente tem com as águas; que ela é orientadora da nossa forma de ver e de compreender o mundo”^[10].

A ideia de “mulher” atribuída pela literatura feminista hegemônica, na chave da construção dos arquétipos de submissão ao homem e ao sistema patriarcal, o “outro” (Beauvoir, 1980) é problematizada quando observamos as dinâmicas de constituição das mulheres nos territórios rurais e tradicionais. Este “Outro” que põe em oposição homens e mulheres e que abre margens para oposições entre natureza e humanidade, bem e mal, espírito e matéria, não alcança a diversidade de experiências vividas por muitas mulheres do sul-global, em especial às mulheres negras na diáspora e as mulheres originárias.

A mulher que Selma Dealdina apresenta em sua afirmação é mobilizada por elementos que convocam memórias pré-coloniais de existência, violências coloniais as quais resiste, mas não sem acumular muitas fraturas, e ainda assim sobrevive e constrói vivências pela identificação de que é incompatível viver nos marcos da colonialidade e fertilizar futuros. Os seus referenciais são a ancestralidade e o território, elementos constituidores das matricomunidades, entendida pela filósofa Katiúscia Ribeiro (2020) como espaços geridos pela capacidade das mulheres negras e ameríndias de acionar o poder gerador da vida em processos de geração do comum, das relações coletiva dos pontos de vista social, econômico e político – a matrigestão.

A liderança das mulheres na coordenação dos modos de vida comunitários e como guardiãs dos saberes e fazeres são características que tensionam o gênero enquanto essa ideia universalizante da experiência das mulheres, e pode ser caminho fértil para superar oposições e reduzir as fronteiras entre o corpo e território. É por isso também que o vínculo entre corpo e território é tão atacado pelo desenvolvimento predatório do capitalismo colonial com seus projetos de barragens, siderúrgicas, exploração de minério e o agronegócio. Esses empreendimentos, vendidos como “o progresso”, visam eliminar formas de organização e vivências ancestrais negras e originárias, o que se caracteriza como a face epistemicida do racismo ambiental. Neste sentido, convocando novamente a refle-

[10] Trecho de entrevista concedida no episódio 4, temporada 1, do *Ondas da Resistência*. 2020.

xão da pesquisadora Carla Akotirene sobre a impossibilidade de considerar abordagens interseccionais que não compreendam a dimensão de raça, a autora afirma que “gênero inscreve um corpo racializado” (p.19) e, portanto, a experiência das mulheres negras, por serem negras, são alvos preferenciais do capitalismo colonial.

A ancestralidade é uma tecnologia acionada pelas mulheres rurais e de povos e comunidades tradicionais para “corporificar a dinâmica existencial” (Lopes, 2020). É a retomada do sentido de existir indissociável de outros seres vivos, que leva consigo um profundo sentimento de cooperação com a natureza, fomentando suas ciclicidades. É o respeito aos mais velhos e aos mais novos, recompondo um fio histórico, que liga as mulheres no presente às experiências ancestrais de matrigestão geradas pelas memórias africanas, ameríndias e reelaboradas em Améfrica.

Rezadeiras, parteiras, benzedeiras fomentam com medicina popular o uso de ervas e plantas para a cura; agricultoras protegem as sementes crioulas e modos tradicionais de manejo do solo para nutrir as comunidades com soberania alimentar; e as mestras de coco, samba de roda e Yalorixás preservam a manutenção de rituais que reconstroem o ser ao sagrado, potencializam existências na qual a força feminina e masculina constroem o comum.

O território, como nos ensina Milton Santos (2001), é o espaço do vivido, lastro dessa força matricomunitária. Neste sentido, quilombo é território da matrigestão, da reconexão com a ancestralidade e do convívio com os ciclos da natureza, que possibilita experiências de desconstrução/construção do gênero.

Para Beatriz Nascimento (2006), o quilombo, enquanto uma instituição sólida, foi gerador de encontros entre povos negros escravizados de múltiplas etnias, que forjaram convivências de aliança e liberdade frente ao estado colonial. Também enquanto princípio ideológico, o quilombo passou a ser sinônimo de espaços seguros contra as formas de opressões sócio raciais. Daí a expressão “quilombismo”, mobilizada por Abdias do Nascimento (2002), em que o reconhecimento das humanidades é também a principal característica organizativa, através da convivialidade promovida por negras e negros, indígenas e brancos em arranjos sociais duradouros, como o Quilombo dos Palmares, um dos maiores símbolos de organização política e territorial.

Portanto, o sentido de ser mulher sendo quilombo, uma existência formada de múltiplas existências que impulsiona uma força gestacional para envolver o trabalho de homens e mulheres em espaços do vivido, desenhando liberdade, questiona a universalidade das categorias de

mulher e gênero. Ao mesmo tempo, abre possibilidades de reconexão com experiências de sociedades cujo traços culturais estão presentes na experiência afro-brasileira, como a cultura Yorubá, na qual a senioridade é um dos principais marcadores da constituição familiar tradicional e não o gênero, ponto de partida para a crítica dessa categoria, feita pela socióloga Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2020).

É desse lugar de tensão entre a desconstrução/reconstrução de gênero e reconhecimento do racismo como estrutural nas sociedades tributárias do colonialismo que as estratégias de vivência e luta pela defesa dos direitos são elaboradas por mulheres negras e das comunidades tradicionais. Para isso, posicionamos a interseccionalidade em nossa análise como instrumento para reconhecer as raízes racistas, sexistas e de classe, e a partir desse reconhecimento identificar caminhos para construção de políticas e tecnologias enquanto modos de existência, baseados em conhecimentos da experiência vivida na interação das humanidades, ressignificadas no cuidado, diálogos e reconhecimento do “outro” como um semelhante. O *Ondas da Resistência* caminha por esses horizontes, do ideal da materialização de um corpo território livre e experimentado no microcosmo das relações nas matricomunidades, friccionando constantemente as estruturas da colonialidade prestes a ruir. São essas matricomunidades e seus projetos de reterritorialização que propõem um enfrentamento mais contundente de outros mundos possíveis.

Plataformas Digitais, Territorialidades online e Biointeração: tensões e possibilidades

O tema das plataformas digitais permite a sua análise por diversas abordagens. Nas literaturas sobre o assunto é possível encontrar um conjunto de definições, *Technological Platforms* (Gawer, 2014), *Platforms* (Van Gorp e Batura, 2015), *Digital Platforms* (Ejik et al., 2015), *Matchmakers* (Evans e Schmalensee, 2016), dentre outras.

Considerando que o objetivo fundamental aqui é analisar como uma produção comunicacional desenvolvida por mulheres negras de Povos e Comunidades Tradicionais se apresenta em termos de possibilidades e limites no ambiente digital, a opção é, no que diz respeito às plataformas, não aprofundar as diferenças conceituais ou de perspectiva, mas apresentar apontamentos introdutórios.

Em pesquisa sobre concentração e diversidade na internet, o Intervezes (2018) aponta quatro características que

diferenciam as plataformas digitais de outras aplicações e sites: o acesso a outros lados; a natureza tecnológica; a operação baseada na internet; e o uso intensivo de dados.

Uma das características centrais desses espaços é a sua configuração como “mercados multilados” (multisided markets), ao terem como serviço central a oferta a seus usuários de contato com os demais lados. Isso os diferencia de empresas tradicionais marcadas pela aquisição de matérias-primas e o emprego da força de trabalho para processá-las na forma de um produto a ser vendido no mercado (...) As plataformas digitais são sistemas tecnológicos, especificamente baseados em Tecnologias de Informação e Comunicação. Enquanto tais, elas têm na inovação um vetor central do seu desenvolvimento. Sua arquitetura técnica e funcionalidades fazem parte da sua natureza e são elemento crucial de diferenciação na concorrência no mercado (...) As plataformas digitais são agentes operados por meio da Internet. Esta permitiu um acesso mais fácil aos integrantes de cada um dos lados (o AirBnb não precisa ir a uma cidade ou abrir escritório nela para que uma pessoa se inscreva nele) e, por outro, o acesso de integrantes de cada lado uns aos outros (um comprador encontrar um bem no eBay de alguém em outra cidade sem precisar sair de casa) (...) Uma última e talvez mais importante marca das plataformas digitais é o uso intensivo de dados em todas as suas atividades. Se o principal negócio das plataformas é a conexão entre pessoas nos vários lados, é preciso descobrir as demandas de cada usuário e onde está o outro (de um lado diferente ou do mesmo) que pode responder a elas da melhor forma (INTERVOZES, 2018, p. 28-30).

Para Srnicek (2017), as plataformas são infraestruturas digitais que se posicionam como intermediários na interação entre grupos sociais. Podemos citar o exemplo do *Spotify*, infraestrutura tecnológica de mediação das relações entre consumidoras e produtoras de serviços fonográficos, para mencionar uma das plataformas em que o podcast *Ondas da Resistência* foi hospedado.

Ainda que as plataformas se apresentem para a sociedade como essas infraestruturas que contribuem na interação entre grupos sociais, a principal atividade lucrativa destas empresas de tecnologia transacionais consiste em captar, processar e elaborar dados,

que criam métricas e tendências a partir de dados digitais das suas usuárias, deixados na forma de rastros nos processos de interação (Grohmann, 2020).

Outras perspectivas importantes a respeito da questão são as de Van Dijck (2013), para quem esses agentes tecnológicos não podem ser tratados apenas como “facilitadores” de processos sociais e sim como “objetos dinâmicos” que funcionam a partir dos objetivos dos seus controladores/proprietários, e de DeGryse (2016), que analisa as plataformas digitais como parte das bases de sustentação da economia contemporânea, em aliança com o *Big Data* e a disseminação de infraestruturas conectadas e dispositivos móveis.

Ao abordar a questão das plataformas digitais a partir da produção de comunicação por mulheres negras de territórios tradicionais, que buscam dar visibilidade aos seus discursos por meio destas plataformas, como é o caso do podcast *Ondas da Resistência*, é preciso estabelecer aqui uma dupla relação.

Por um lado, é essencial ressaltar o papel discriminatório cumprido por estas plataformas. Ao analisar formas contemporâneas de racismo e intolerância em diferentes plataformas, Trindade (2018; 2020) aponta que o racismo brasileiro tem migrado progressivamente para o espaço digital, sendo o *Facebook*, qualificado pelo pesquisador como um “pelourinho moderno”, um dentre os espaços privilegiados para a circulação de diferentes conteúdos baseados no ódio racial.

Facebook tem-se tornado uma espécie de pelourinho moderno permitindo os defensores de ideologias coloniais de supremacia branca a oportunidade de efetuarem chicoteamento virtual por intermédio de seus posts depreciativos (em muitos casos contidos em piadas). Ao engajar outros usuários com pensamento e valores convergentes, estes usuários amplificam o alcance e a reverberação de suas vozes em formas anteriormente desconhecidas na sociedade brasileira em interações sociais cotidianas presenciais (TRINDADE, 2018, p. 3).

Ao identificar que 81% das vítimas de racismo nesta plataforma no Brasil são mulheres negras, na faixa etária entre 20 e 35 anos (perfil que caracteriza, por exemplo, as mulheres com função protagonista no *Ondas da Resistência*), em um trabalho mais recente, Trindade (2020) critica os discursos que, de algum modo, afirmar ser a internet um espaço onde as diferenças raciais são irrelevantes.

De fato, ao invés de ser um território “colour-blind”, a web é um espaço onde tanto raça quanto racismo são particularmente significativos; e o maior capital econômico e cultural dos brancos lhes permite maior acesso a esta tecnologia (Kettrey & Laster, 2014). Este acesso mais facilitado significa também que este grupo racial consegue impor sua própria visão de mundo e crenças sobre si próprios e sobre ‘os outros’ a partir de uma perspectiva dominadora e hegemônica (TRINDADE, 2020, p. 33).

Uma contribuição fundamental na reflexão sobre (ausência de) neutralidade das plataformas digitais é a de Noble (2018). Enfatizando que os mecanismos de buscas de empresas como o Google não oferecem um campo igualitário para a disseminação de diferentes formas de ideias, identidades e atividades, a autora lembra que as operações matemáticas são conduzidas por seres humanos e “as pessoas que tomam essas decisões detêm todos os tipos de valores, muitos dos quais promovem abertamente o racismo, o sexismo e as falsas noções de meritocracia” (Noble, 2018, p. 14), o que conduz, por exemplo, a uma série de resultados que privilegiam a branquitude em detrimento à negritude.

Outra perspectiva relevante sobre a relação entre plataformas e opressões raciais é a de Silva (2019), que formula o conceito de racismo algorítmico e chama a atenção para uma opacidade dupla quanto ao aspecto da racialização, caracterizada pela ideia de tecnologia e algoritmos como neutros e, ao mesmo tempo, pela ideologia de negação e invisibilidade da raça enquanto uma categoria social.

Elaboro o conceito de ‘racismo algorítmico’ para descrever como interfaces e sistemas automatizados, tais como plataformas de mídias sociais, podem reforçar e, pior, ocultar as dinâmicas racistas das sociedades onde são usados e empregados. É importante frisar que o problema não é um algoritmo ou outro tomado de forma isolada, mas “como sociedades racistas constroem consequentemente tecnologias com potenciais ou aplicações discriminatórias (SILVA, 2019, s/p).

Responsável por uma “linha do tempo do racismo algorítmico”, Silva (2019) apresenta uma diversidade de casos, dados e reações de processos de racialização em interfaces, bancos de dados, algoritmos e inteligência artificial, como: sistemas do Google

que permitem empresas exibirem anúncios sobre crime especificamente a afro-americanos; resultados no Google Imagens que apresentam conteúdos hiper-sexualizados para buscas como “garotas negras”; marcação de fotos de jovens negros com a tag “gorila” pelo Google Photos; robôs conversacionais de startups que não encontram face de mulher negra e sistemas de visão computacional que erram gênero e idade de mulheres negras; mecanismos de busca de bancos de imagens que invisibilizam famílias e pessoas negras; aplicativos que transformam selfies e equiparam beleza à brancura; ferramentas de processamento de linguagem natural que possuem vieses contra linguagem e temas negros; análise facial de emoções que associa categorias negativas a atletas negros.

O minucioso trabalho desenvolvido por Silva (2019) evidencia ser essencial – mais que uma ou outra ação individual e para além de uma ou outra plataforma – o debate amplo sobre como sociedades assentadas em estruturas racistas e misóginas produzem tecnologias e plataformas que amplificam dinâmicas igualmente opressoras, especialmente contra mulheres negras.

Por outro lado, não desconsiderando o potencial de produção de violências contra segmentos vulnerabilizados da sociedade – em que as mulheres protagonistas do *Ondas da Resistência* estão inseridas – vale destacar também a ocupação das “brechas” destes espaços, especialmente num período de pandemia, em que as diversas atividades econômicas, sociais, políticas e culturais foram transpostas quase que integralmente para o ambiente digital.

De acordo com Oliveira e Lima (2020), um conjunto de políticas públicas afirmativas, sobretudo as que possibilitam a ampliação da população negra no ensino superior

fortaleceu o desejo dessa camada populacional em se ver representada positivamente em narrativas e espaços onde ainda hoje são invisíveis, como a história oficial, a grande mídia, os lugares legitimados de produção do conhecimento etc. A internet e suas ferramentas de produção de conteúdo, portanto, se tornaram um meio acessível para que negros e negras atuassem na reivindicação do protagonismo de suas próprias histórias (OLIVEIRA e LIMA, 2020, p. 222).

Perspectiva semelhante já havia sido expressa por Bahia (2017), para quem a presença das mulheres negras na produção, gestão e circulação de tecnologias tem a ver, inclusive, com uma questão de sobrevivência.

[...] as tecnologias estão carregadas com as visões políticas, econômicas e culturais de quem as cria – e esse poder hoje está centrado nas mãos de homens, brancos, heterossexuais, classe média/ricos. Isso já potencializa uma grande desigualdade, em um mundo cada vez mais digital. Se as mulheres negras não estiverem nesse processo, se não existirem ações para que elas estejam nesse processo, vamos perder totalmente nosso poder de integração no mundo (BAHIA, 2017, s/p).

Além destes aspectos de utilização das tecnologias digitais por mulheres negras, para os Povos e Comunidades Tradicionais a participação em iniciativas desenvolvidas no ambiente digital – a exemplo do podcast *Ondas da Resistência* – tem o potencial de constituir o que Bargas (2018), ao investigar fluxos comunicacionais realizados por comunidades quilombolas, qualifica como territorialidades online.

Da territorialidade tradicional, ou seja, da forma de se relacionar com seu território e em comunidade, os quilombolas promoveram novas formas organizativas nos ambientes online. Essas formas eu nomeei de unidades sociais online (...). Esses agrupamentos online constituem-se e funcionam sob regras de pertencimento específicas, lideradas por sujeitos específicos que interagem acerca de temas e objetivos específicos. No Facebook e no Whatsapp, as unidades sociais online variam no que diz respeito à heterogeneidade de suas composições, alterando-se substancialmente no que diz respeito às comunidades de origens, à posição dos líderes das unidades sociais em relação ao movimento social e à capacidade e às formas de articulação. A esses processos de relação entre as unidades sociais online e de construção de formas específicas de se relacionar eu denominei de territorialidades online específicas. Isto é, expressões mesmas das formas tradicionais de territorialização dos quilombolas que se refletem e se adaptam aos ambientes online (BARGAS, 2018, p. 179).

Importante destacar que a formação destas territorialidades online não se dá, porém, sem conflitos e controvérsias, visto que a relação harmônica entre Povos e Comunidades Tradicionais e natureza – definida por Bispo (2015) como biointeração – está bem distante

das dinâmicas impostas pelos modelos hegemônicos de arquitetura dos ambientes digitais. A aldeia global, metáfora atribuída à internet no início do seu desenvolvimento, com a promessa de fluxos de informações livres e infinitas conexões, na prática tem se caracterizado, cada vez mais, como latifúndios de porteiras fechadas.

Acredito que seja essa estreita relação dos povos de lógica cosmovisiva politeísta com os elementos da natureza, é dizer, a sua relação respeitosa, orgânica e biointerativa com todos os elementos vitais, uma das principais chaves para compreensão de questões que interessam a todas e a todos. Pois sem a terra, a água o ar e o fogo não haverá condições sequer para pensarmos em outros meios (BISPO, 2015, p. 90).

Tomando como base as características das plataformas digitais, algumas mencionadas no início desta seção, podemos classificá-las como formadoras de saberes sintéticos, classificados por Bispo (2015) como saberes que acumulam recursos para um conjunto restrito de interesses, enquanto que os saberes orgânicos, mais próximos das experiências como o *Ondas da Resistência*, compartilham conhecimentos sem um interesse cumulativo, uma espécie de contribuição para que os saberes sejam desmercantilizados.

No entanto, não seria o podcast *Ondas da resistência* também um vetor indireto de acumulação de recursos para as plataformas nas quais está hospedado, uma vez que as usuárias deixam seus rastros digitais nessas infraestruturas, e esses dados são a principal fonte de lucro das plataformas? Esta controvérsia, que não aceita resposta simplista, esteve no radar das idealizadoras e idealizadores do podcast aqui analisado em todos os estágios de produção.

Assim, a ocupação dos ambientes digitais por mulheres negras de Povos e Comunidades Tradicionais, compreendendo os limites e potencialidades, revela-se como um desafio de ordem ética e política. A experiência do *Ondas da Resistência*, que não se pretende generalizante das iniciativas desenvolvidas por estes segmentos, demonstra que a atuação nas “fronteiras” e “brechas” digitais, sendo o protagonismo das mulheres negras o fio condutor, permite a ampliação dos processos de construção de saberes orgânicos ressignificando concepções sobre o fazer digital e pressionando esses ambientes para incorporar as narrativas e metodologias desta parcela da sociedade. E sobre as perspectivas de avanço nessa missão, Mariana Gomes, pesquisadora e idealizadora da plataforma Conexão Malunga é enfática

em afirmar que “...é possível construir um projeto de internet antirracista e feminista e que isso não é fácil: demanda trabalho e compromisso a longo prazo”^[11].

Neste sentido, a opção por nomear o podcast como “Ondas da Resistência”, a priorização de um processo baseado na experiência vivida das mulheres em suas comunidades – orientadas pela matrigestão; a proposição de uma aliança entre tecnologias digitais e ancestrais na construção do projeto; e a compreensão das plataformas digitais como infraestruturas complementares de produção e acesso são aspectos que, como apontado pelo mestre Antônio Bispo, demonstram a “arte de transformar a arma em defesa” (Martins et al., 2019).

Apontamentos conclusivos ou “nós por nós”

Não somos dadas ao fim. Partindo dos conhecimentos ancestrais compartilhados por muitas mulheres negras, indígenas e tradicionais que permaneceram ao logo da produção do *Ondas da Resistência* nos reconectando com as ciclicidades e seus movimentos de *começo, meio e começo*, entendemos que a produção do podcast contribui para uma estratégia coletiva de retomada e vivência dos territórios ancestrais e das territorialidades digitais. Nessa empreitada contamos com as tecnologias como a arte de transformar e construir alternativas para o bem viver. Elas não são apenas máquinas, mas arcabouço de histórias, memórias, saberes e fazeres ancestrais, acionadas pela experiências vividas de cada mulher e estimulando a produção dos bens comuns.

O acesso à internet e a plataformização se apresentam como desafios do agora para as mulheres produtoras deste podcast junto com suas comunidades, na medida em que os ambientes digitais avançam sendo, sobretudo na pandemia de Covid-19, os principais meio de interação das comunidades com as políticas de Estado e suas atribuições na promoção do direito à educação, seguridade e assistência social, participação política, informação, saúde e outros que passaram a ser disponibilizados por esse meio.

Nesta conjuntura, as alternativas territoriais e intensificação das denúncias contra as violações de direitos em contextos de crimes socioambientais e pandemia de coronavírus, são os principais insumos da produção do *Ondas da Resistência*.

Acreditamos que como os marcadores sociais – construído pelas instituições racistas para justificar hierarquizações – são apropriados para fazer interagir subordinações racistas, sexistas e coloniais, mantendo os sistemas de opressões na vida das mulheres negras, o reconhecimento dessa dinâmica na criação de instrumentos de comunicação mobilizados por essas mulheres pode alavancar debates que pressionem a sociedade e suas instituições para a elaboração de políticas e projetos que visam eliminar o racismo, sexismo, xenofobia, capacitismos, LGBTfobias e opressões correlatas.

O objetivo do *Ondas da Resistência* é ocupar as plataformas digitais, no sentido de desnaturalizar marcadores e combater o silenciamento das vozes das mulheres negras, rurais e de Povos e Comunidades Tradicionais nas mídias. Estamos cientes dos desafios de ocupar tal posição, investindo tempo e circulando informações em infraestruturas cada vez mais centralizadas, monopólios de saberes sintéticos que muitas vezes ameaçam a nossa própria segurança. Porém, não estamos sós.

Empreendemos a retomada das territorialidades digitais porque já o fazemos em nossas comunidades, enfrentando mandados de reintegração de posse, grilagens e a morosidade dos Poderes em reconhecer as terras que são nossas desde tempos imemoriais. Nos somamos ao esforço do feminismo negro, dos movimentos contra coloniais, das matricomunidades e a diversidade dos modos de vida para propor alternativas de vivências em que a comunicação seja recolocada em seu lugar de elo, ligação entre caminhos, direito, Esù.

[11] Trecho de entrevista concedida no episódio 5, temporada 2, do Ondas da Resistência. 2021.

Referências

- AKOTIRENE, C. 2019. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) São Paulo, Sueli Carneiro, Pólen, 113 p.
- BAHIA, S. 2017. **PretaLab**. Disponível em <https://bit.ly/3sqJKwi>
- BARGAS, J. K. R. 2018. *Quilombolas do Pará e Mídias Digitais: sociabilidade, conflito e mobilização online nas lutas por reconhecimento*. Belo Horizonte, MG. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. 199 p. Disponível em <https://bit.ly/3n5G6VD>
- BEAUVOIR, S. 1980. *O Segundo Sexo – a experiência vivida*. 4ª edição, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 744 p.
- BISPO, A. 2015. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília, INCTI/UnB, 150 p.
- COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ. 2020. Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela. In: S. S. DEALDINA (org), *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo, Sueli Carneiro Edições, Jandaíra.
- COLLINS, H.P. 2020. Epistemologia Feminista Negra. In: J. BERNARDINO-COSTA, N. MALDONATO-TORRES, R. GROSGOUEL (orgs). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte, Autêntica, p. 139-170 p.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. 2020. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil: pesquisa TIC Domicílios*, ano 2019, relatório de coleta de dados. São Paulo.
- CRENSHAW, K. 2002. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*. 2(1): 171-188
- DEALDINA, S.S. 2020. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política In: S. S. DEALDINA (org), *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo, Sueli Carneiro Edições, Jandaíra, p. 25-44.
- DEGRYSE, C. 2016. *Digitalisation of the economy and its impact on labour markets*. Bruxelas, European Trade Union Institute.
- EJIK, N. V. FAHY, R. TIL, H. V. NOOREN, P. STOKKING, H. GELEVERT, H. F. B. F. 2015. Digital platforms: an analytical framework for identifying and evaluating policy options. *TNO Report*. Disponível em <https://bit.ly/3eXohnh>
- EVANS, D; SCHMALENSSEE, R. 2016. *Matchmakers: the new economics of multisided platforms*. Boston, Harvard Business Review Press.
- GONZALEZ, L. 1988. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*. 92: 69-82.
- GONZALEZ, L. 2018. A questão negra no Brasil. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas (org). *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana, Editora Filhos da África, p. 94-102.
- GROHMANN, R. A. 2020. Comunicação na circulação do Capital em contexto de plataforma. *Liinc Em Revista*. 16(1). Disponível em: <https://bit.ly/3M1kfJQ>
- LOPES, C. V. G. 2020. O que Fomos (África Pré-Colonial)? O que Fizemos de nós (Colonialismo)? O que Poderemos Voltar a Vir a Ser (Educação para a Descolonização dos Saberes)? *Interterritórios*. 6(12). Disponível em: <https://bit.ly/3sttMI2>
- GAWER, A. 2014. Bridging differing perspectives on technological platforms: Toward an integrative framework. *Research Policy*. 43(7): p. 1239-1249. Disponível em <https://bit.ly/3F3wO2J>
- INTERVOZES. 2018. *Monopólios digitais: concentração e diversidade na internet*. São Paulo, Intervezes. Disponível em <https://bit.ly/32UgRyE>
- MARTINS, G; FELIPE, J. H; LEAL, S. N.; SILVA, L. E. S. 2019. Das confluências, cosmologias e contra-colonizações. Uma conversa com Nego Bispo. *Revista Entreiros*. 1: 73-84.
- NASCIMENTO, A. 2002. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 2ª edição, Brasília/Rio de Janeiro, Fundação Palmares.
- NASCIMENTO, B. 2006. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: A. RATTS (org), *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Instituto Koanza, p. 117-125.
- NOBLE, S. U. 2018. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York, New York University Press.
- OLIVEIRA, T.; LIMA, D. 2020. Mulheres e Tecnologias de Sobrevivência: Economia Étnica e Afroempreendedorismo. In: T. SILVA (org). *Comunidades, Algoritmos e Ativismo Digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo, LiteraRUA, p. 215-233.
- OYĒWŪMÍ, O. 2020. Conceitualizando Gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: J. BERNARDINO-COSTA, N. MALDONATO-TORRES, R. GROSGOUEL (orgs). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte, Autêntica, p.171-18.
- RIBEIRO, K. 2020. *Mulheres Negras e a Força Matricomunitária*. Disponível em: <https://bit.ly/3FDmluY>

- SANTOS, M. 2001. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6ª edição. Rio de Janeiro, Record, 173 p.
- SILVA, G. M. 2020. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: S. S. DEALDINA (org), *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo, Sueli Carneiro Edições, Jandaíra, p. 51-58.
- SILVA, T. 2019. Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)* **12**(31): 428-448. Disponível em: <https://bit.ly/35z7Wne>
- _____. 2020. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. In: T. SILVA (org). *Comunidades, Algoritmos e Ativismo Digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo, LiteraRUA, p. 121-137.
- SRNICEK, N. 2017. *Platform capitalism*. John Wiley & Sons.
- TRINDADE, L. V. P. 2018. *Formas contemporâneas de racismo e intolerância nas redes sociais. It is not that funny*. Critical analysis of racial ideologies embedded in racialized humour discourses on social media in Brazil. University of Southampton. Disponível em: <https://bit.ly/32WYPvr>
- _____. 2020. Mídias Sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In: T. SILVA (org). *Comunidades, Algoritmos e Ativismo Digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo, LiteraRUA, p. 27-44.
- VAN DIJCK, J. 2013. *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford, University Press.
- VAP GORP, N.; BATURA, O. 2015. Challenges for Competition Policy in a Digitalised Economy. *Study for the ECON Committee*. Disponível em <https://bit.ly/3F1DK03>